



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JESSICA DA PENHA FIRMINO

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DO
CEARÁ DE 2012 A 2016**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

JESSICA DA PENHA FIRMINO

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DO
CEARÁ DE 2012 A 2016**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sâmia Nagib Maluf

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Firmino, Jéssica da Penha.

F556

Crescimento econômico e mercado de trabalho no Estado do Ceará nos anos de 2012 a 2016 /
Jéssica da Penha Firmino. - Redenção, 2017.

40f: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
Redenção, 2017.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Sâmia Nagib Maluf.

1. Crescimento econômico 2. PIB 3. Mercado de trabalho 4. Ceará.

I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 337

JÉSSICA DA PENHA FIRMINO

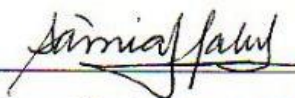
**CRESCIMENTO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO
DO CEARÁ DE 2012 A 2016**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do diploma de Graduação em
Administração Pública da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira

Aprovado em: 21 / 12 / 2017

Nota: 8,0

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

À Deus primeiramente, a minha mãe Maria Marlúcia Barros da Penha, meu irmão Jeanderson da Penha Firmino e minhas amigas que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar o dom da vida e discernimento para entender os rumos para se obter progresso.

À universidade por possibilitar minha inserção na vida acadêmica, aos professores que colaboraram de forma grandiosa com minha formação acadêmica, as formadoras da banca que possibilitaram a realização de defesa de forma digna.

À Prof^a Dr^a Sâmia Nagib Maluf por me acompanhar na jornada universitária, sendo uma professora essencial para minha formação profissional, e em meu progresso como ser humano.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar se existe influência do crescimento econômico sobre o mercado de trabalho, possibilitando uma análise da evolução da economia diante do PIB, assim como também a evolução do mercado de trabalho, no período de 2012 a 2016. A motivação para a pesquisa se deu a partir do momento em que noticiários passaram a expor, de forma constante, um menor número de vagas de emprego ofertadas do mercado de trabalho assim como também regresso na economia nacional, buscando assim entender de que forma o crescimento econômico influencia o mercado de trabalho no estado do Ceará. O estudo consistiu em analisar o conceito de economia, de modo geral, até o PIB de uma forma específica, visto que o mesmo é um indicador de crescimento econômico, assim como também o conceito de mercado de trabalho; além de verificar a sua identificação com a vertente teórica clássica. Para a realização do estudo foram realizadas pesquisas exploratórias, bibliográficas e documentais. Os dados foram coletados em órgãos oficiais, tais como, IBGE, IPECE, DIEESE, para alcançar o objetivo central do estudo. Nos resultados encontrados observou-se uma oscilação tanto na economia do estado, quanto no mercado de trabalho, onde nos anos de 2012, 2013 e 2014, obteve crescimento e maior número de pessoas ocupadas, porém nos anos de 2015 e 2016, apesar de se manter acima da média nacional; observou-se um declínio na economia e no mercado de trabalho cearense. Apesar de toda a análise realizada o estudo ainda requer estudos futuros mais aprofundados, para verificação da ligação direta entre crescimento econômico e mercado de trabalho, com ferramentas e dados estatísticos mais avançados e maiores. Sugere-se, para estudos futuros, a aplicação da Lei de Okun.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, PIB, Mercado de Trabalho, Ceará.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the influence of economic growth on the labor market, allowing an analysis of the evolution of the economy against GDP, as well as the evolution of the labor market, between 2012 and 2016. The motivation for the research has taken place since news reports have consistently exposed a lower number of job vacancies offered in the labor market as well as a return in the national economy, in order to understand how economic growth influences the market in the state of Ceará. The study consisted in analyzing the concept of economy, in general, to GDP in a specific way, since it is an indicator of economic growth, as well as the concept of labor market; in addition to verifying their identification with the classical theoretical side. Exploratory, bibliographic and documentary research were carried out to carry out the study. Data were collected in official bodies, such as IBGE, IPECE, DIEESE, to reach the central objective of the study. In the results found, there was an oscillation in both the state economy and the labor market, where in the years of 2012, 2013 and 2014, growth and more people were employed, but in the years 2015 and 2016, although keep above the national average; there was a decline in the economy and in the labor market of Ceará. Despite all the analysis carried out the study still requires more in-depth future studies, to verify the direct link between economic growth and the labor market, with tools and statistical data more advanced and greater. It is suggested, for future studies, the application of Okun's Law.

Keywords: Economic Growth, GDP, Labor Market, Ceará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 Percentual (%) do PIB do estado do Ceará comparado ao PIB nacional

Tabela 1 Evolução do mercado de trabalho, no período de 2012 a 2016, em %.

LISTA DE SIGLAS

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

PIB- Produto Interno Bruto

PNB- Produto Nacional Bruto

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Justificativa.....	12
2.1 Objetivos.....	13
2.1.1 Objetivo Geral	13
2.1.2 Objetivos Específicos	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Macroeconomia.....	17
2.1.1 Contabilidade Social	18
2.1.1.1 Taxa de desemprego.....	20
2.1.1.1.1 Crescimento econômico.....	21
2.2 O que é o mercado de trabalho e como se compõe.....	22
2.3 Vertente teórica clássica sobre mercado de trabalho.....	25
3 METODOLOGIA.....	28
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4.1 Mercado de trabalho no estado do Ceará.....	30
4.2 Evolução da economia cearense.....	32
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
6 CONCLUSÃO.....	37
7 REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar se existe influência do crescimento econômico sobre o mercado de trabalho, possibilitando uma análise da evolução da economia diante do PIB, assim como também a evolução do mercado de trabalho, no período de 2012 a 2016.

Nesse sentido, o trabalho inicia-se apresentando conceitos de economia, e macroeconomia, mostrando a parte real da mesma, e também a contabilidade social, mostrando assim como é calculado o Produto Interno Bruto (PIB) como um indicador principal avaliar o desempenho da economia, onde como esse indicador pode ser usado para medir a renda e o acúmulo de riqueza dos agentes econômicos. Segundo Bacha & Lima (2006) a taxa de crescimento da economia é a taxa à qual cresce o PIB real, e consequentemente tem-se crescimento econômico.

Em um segundo momento, apresenta a denominação e composição do que é mercado de trabalho, evolução do mesmo no estado do Ceará, assim como também a apresentação do arcabouço teórico clássico sobre o mercado de trabalho.

Posteriormente, e, com base nisso realizou-se uma análise exploratória através de uma pesquisa bibliográfica e documental, com isso, possibilitou-se a apresentação dos resultados e conclusões.

1.1 Justificativa

Tendo em vista que o funcionamento do mercado de trabalho é fator de grande importância para o desempenho de uma economia e crescimento econômico, a mídia no último ano do período estudado passou a expor de forma constante hesitações diante dessas questões mostrando que o Brasil estava vivenciando período de maior fechamento de postos de trabalho. Diante dessa questão se viu necessário um melhor entendimento sobre o vínculo econômico com o mercado de trabalho, pois se a economia progredia ou regredia o número de postos de trabalho respondia em seguida.

Sendo o desemprego um fator crítico da econômica brasileira, pois o mesmo atinge a geração de empregos e eleva a taxa de desocupação, onde esses desocupados passam a ter menor poder de compra, os mesmos passam a consumir menos, e demandando assim menos produtos para satisfazer suas necessidades, fazendo com que de forma indireta influencie na produção de mais bens, acarretando diminuição de produção e oferta onde com isso se diminui mão de obra para produção, elevando com isso o número de pessoas desocupadas no mercado de trabalho, desacelerando assim a economia.

Visto que diante da crise econômica instalada no país, em que o governo federal optou por adotar políticas anticíclicas a partir de 2012, e ainda assim se teve oscilações constantes até o ano de 2016 no que diz respeito ao crescimento econômico e o mercado de trabalho, se viu a necessidade de responder a seguinte questão: O mercado de trabalho pode ser considerado como uma fonte de crescimento econômico para o estado do Ceará?

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

- a. Analisar se existe envolvimento entre o crescimento econômico sobre o mercado de trabalho do estado do Ceará no período de 2012 a 2016.

2.1.2 Objetivos Específicos

- a. Verificar a evolução do mercado de trabalho no período avaliado nas principais categorias de atividade econômica;
- b. Analisar a evolução do PIB do estado do Ceará de 2012 a 2016 visando à questão do crescimento econômico do mesmo;
- c. Verificar de que forma o crescimento econômico do estado do Ceará influencia no mercado de trabalho do estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Vasconcellos (2006, p.3).

Economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas.

A economia estuda o comportamento das relações entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazer essas necessidades. Com isso, esta ciência permanece ligada entre as nações e a vida das pessoas, sendo que uma das suas principais funções é explicar como funcionam os sistemas econômicos (sistema capitalista, sistema socialista, sistema de concorrência pura e sistema de economia mista) e as relações dos agentes econômicos (famílias, empresas e governo), propondo soluções para os problemas existentes no meio social.

De acordo com Vasconcellos (2006, p. 3) “Pode-se dizer que o objeto de estudo da ciência econômica é a questão da escassez, ou seja, como ‘economizar’ recursos”.

As pessoas que formam a sociedade têm necessidades de consumo em todos os aspectos, ou seja, essas necessidades estão ligadas à alimentação, vestuário, medicamentos, serviços, tecnologias, entre diversas outras coisas. Podemos considerar que as necessidades de consumo das pessoas são variadas e ilimitadas, pois todos os dias, o consumo de bens e serviços se tornam uma condição de melhor qualidade de vida.

A escassez tida como objeto de estudo da economia aparece devido às necessidades e desejos ilimitados das pessoas diante das restrições de recursos para suprir essas necessidades. Diante do crescimento populacional e do desejo de melhoria nos padrões de vida dos humanos, há uma renovação dessas necessidades, mas a escassez de recursos é permanente, visto que não são equivalentes as necessidades, e nem se tem riqueza desses recursos.

De acordo com Vasconcellos (2006, p. 4).

Todas as sociedades, qualquer que seja seu tipo de organização econômica ou regime político, são obrigadas a fazer opções, escolhas entre alternativas, uma vez que os recursos não são abundantes. Elas são obrigadas a fazer escolhas sobre o que e quanto, como e para quem produzir.

Pode-se perceber que toda e qualquer sociedade sendo organizada política e economicamente, precisam fazer escolhas diante da escassez de recursos, sendo assim obrigadas a escolher, o que e quanto, como e para quem produzir, criando assim os problemas econômicos básicos, diante das ilimitadas necessidades e dos recursos restritos.

Com isso pode-se perceber a necessidade de se solucionar os problemas econômicos, fazendo escolhas para se suprir essas necessidades, ainda de acordo com Vasconcellos (2006, p. 4):

O que e quanto produzir: a sociedade deve decidir se produz mais bens de consumo ou bens de capital, ou, como num exemplo clássico: quer produzir mais canhões ou mais manteiga? Em que quantidade? Os recursos devem ser dirigidos para a produção de mais bens de consumo, ou bens de capital? Como produzir: trata-se de uma questão de eficiência produtiva: serão utilizados métodos de produção capital-intensivos? ou mão-de-obra-intensivos? ou terra-intensivos? Essa decisão depende da disponibilidade de recursos de cada país. Para quem produzir: a sociedade deve decidir quais os setores que serão beneficiados na distribuição do produto: trabalhadores, capitalistas ou proprietários da terra? agricultura ou indústria? mercado interno ou mercado externo? Região Sul ou Norte? Ou seja, trata-se de decidir como será distribuída a renda gerada pela atividade econômica.

Diante das questões levantadas percebe-se que a sociedade busca soluções para resolver os problemas de escassez, sendo elas de matérias-primas, mão-de-obra, capital ou terra, que são fatores de produção. Os problemas econômicos fundamentais são solucionados diante da organização econômica de cada sociedade, onde essa organização é realizada a partir de intermediação entre o mercado e a intervenção do governo, onde com isso se pode verificar a melhor forma de o que e quanto, como, e pra quem produzir.

Segundo Vasconcellos (2006) existem duas formas principais de organização econômica: economia de mercado (ou descentralizada); economia planificada (ou centralizada).

- Economia de mercado (ou descentralizada)

As economias de mercado são analisadas a partir de dois sistemas:

- a) Sistema de concorrência pura (sem interferência do governo);

É um sistema onde, produtores e consumidores tem capacidade de resolver os problemas econômicos fundamentais, não havendo assim necessidade de intervenção do governo; onde havendo excesso de oferta as empresas tendem a reduzir seus preços para diminuir os estoques, e se houver excesso de demanda, os preços tendem a aumentar, fazendo com que assim haja um equilíbrio no mercado.

O sistema de concorrência pura resolve os problemas econômicos fundamentais, da seguinte forma:

- O que e quanto produzir: Os produtores decidem o que e quanto produzir, verificando assim o que se terá maior rentabilidade;

- Como produzir: Resolvido pelas empresas, levando em consideração a escolha de recursos e produção eficiente;
- Para quem produzir: É decidido pelo mercado de oferta e demanda, onde, quem tiver renda suficiente para pagar por bens e serviços fará uso dos mesmos.

b) Sistema de economia mista (Com interferência do governo)

O sistema de economia mista, segundo Vasconcellos (2006, p.8)

É basicamente, a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas e de promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Nesse sistema de mercado misto, mostra que o mercado sozinho não dá garantia de um bom funcionamento do uso dos recursos, sendo assim necessária a intervenção do governo diante das atividades econômicas.

- Economia planificada (ou centralizada)

De acordo com Vasconcellos (2006), “no sistema de economia centralizada ou planificada, a forma de resolver os problemas econômicos fundamentais (ou seja, a escolha da melhor alternativa) é decidida por uma Agência ou Órgão Central de Planejamento, e não pelo mercado.”.

Segundo o sistema de economia planificada ou centralizada, os recursos e meios de produção são pertencentes ao estado. Esse sistema leva como característica o preço tido como recurso apenas para verificar a eficiência da empresa; os preços são determinados pelo governo visto que maior parte dos recursos são públicos; e os lucros diante do que se é produzido, é dividido entre governo, administradores e investimentos para a empresa.

De acordo com Bacha; Lima (2006) os economistas ao avaliar uma economia, considera, inicialmente, três indicadores de desempenho:

- a) O produto agregado e sua taxa de crescimento;
- b) A taxa de desemprego, ou seja, a proporção de trabalhadores de uma economia que não estão empregados e procuram emprego;
- c) Taxa de inflação, referente ao aumento, ao longo do tempo, do preço médio dos bens e serviços.

2.1 Macroeconomia

A economia ou ciência econômica, apesar de ser única, a mesma é dividida em duas áreas de estudos. Bacha; Lima (2006) consideram que a macroeconomia estuda as variáveis econômicas agregadas, como a produção de bens e serviços finais de uma economia (produto interno ou nacional) ou o preço médio de todos os bens (nível de preço agregado). De outro lado a microeconomia estuda a produção e os preços de produtos negociados em mercados específicos.

De acordo com Vasconcellos (2006), Microeconomia ou Teoria microeconômica: estuda o comportamento das unidades econômicas básicas: consumidores e produtores e o mercado no qual interagem. Preocupa-se com a determinação dos preços e quantidades em mercados específicos. Macroeconomia ou Teoria macroeconômica: estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados, como PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação, nível geral dos preços etc., com o objetivo de delinear uma política econômica. Por um lado, tem um enfoque conjuntural, isto é, preocupa-se com a resolução de questões como inflação e desemprego, em curto prazo. Por outro, trata de questões estruturais, de longo prazo, estudando modelos de desenvolvimento que levem à elevação do padrão de vida (bem-estar) da coletividade.

A ciência econômica por mais que dividida em duas áreas de estudos as mesmas seguem tendo grande importância como um todo, visto que enquanto a microeconomia trata de economias individuais como as de famílias, preços de mercados, a macroeconomia trata o mercado de forma global, dando assim ênfase à oferta e demanda de mão de obra, salários, nível de emprego, estabelecendo assim vínculo com grandes agregados da economia, envolvendo assim planos em longo prazo.

A política macroeconômica segue metas políticas que são: alto nível de emprego; estabilidade de preços; distribuição de renda justa e crescimento econômico. Essas metas são tidas para que a sociedade tenha uma melhor qualidade de vida, procurando com isso se ter equilíbrio diante dessas metas.

De acordo com Vasconcellos (2006) a macroeconomia enfoca a economia como se ela fosse constituída por uma parte real e uma parte monetária, divididas em quatro mercados: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado financeiro (monetário e de títulos) e o mercado cambial.

Nessa estrutura de análise macroeconômica o mercado de bens e serviços e o mercado de trabalho compõem a parte real da economia, onde analisa-se o produto nacional, nível

geral de preços, nível de empregos e salários nominais. Entretanto, o mercado financeiro e o mercado de divisas são considerados a parte monetária da economia, tratando assim das variáveis como taxa de juros, estoque de moedas e taxa de câmbio.

Segundo Vasconcellos (2006, p. 192):

- Mercado de trabalho: Representa uma agregação de todos os tipos de trabalhos existentes na economia. Nesse mercado, determinamos a taxa salarial e o nível de emprego.
- Mercado monetário: Determinam-se as taxas de juros e a quantidade de moeda necessária para efetuar as transações econômicas.
- Mercado de títulos: procura-se determinar o preço e a quantidade de títulos.
- Mercado financeiro: é constituído pela análise da taxa de juros que é determinada na realidade tanto no mercado monetário como no mercado de títulos.
- Mercado cambial: analisa o preço relativo entre diferentes moedas. Incorpora-se, então, no estudo macroeconômico.

2.1.1 Contabilidade Social

Segundo Vasconcellos (2006) foi necessário o desenvolvimento da chamada Contabilidade Social ou Contabilidade Nacional, ou seja, um instrumental que permitisse mensurar a totalidade das atividades econômicas. Os sistemas que mais se popularizaram foram o Sistema de Contas Nacionais e a Matriz Insumo-Produto.

Bacha; Lima (2006) consideram que a contabilidade social dedica-se à conceituação dos principais agregados econômicos e à discussão entre eles devem ser mensurados. Entre esses agregados econômicos cinco conceitos merecem ser revistos: produto, emprego (taxa de desemprego), nível geral de preço (e inflação), déficit orçamentário e déficit comercial. Isso por que esses agregados se inter-relacionam nos modelos macroeconômicos.

A contabilidade social trata assim de um conjunto de agregados que buscam fornecer uma visão quantitativa em relação à economia do país, sendo assim um resumo contábil de todas as atividades econômicas do país, podendo com isso verificar a situação econômica e de crescimento.

Percebe-se com isso que a macroeconomia acompanha como os agregados se comportam, e a contabilidade social busca determinar medidas dos agregados macroeconômicos.

Segundo Mankiw (2012) o produto interno bruto (PIB) é geralmente considerado o melhor indicador para avaliar o desempenho da economia.

Em conformidade com Bacha & Lima (2006) produto é uma das medidas de atividade econômica, ou seja, é um indicador de dimensão de uma economia. Com isso o mesmo o Produto Nacional Bruto (PNB), e o PIB:

- Produto nacional bruto: É o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos por fatores de produção pertencentes aos indivíduos de uma nação em um determinado período.
- Produto interno bruto: É o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos com fatores de produção situados dentro dos limites geográficos de uma nação em um determinado período.

Com isso se pode perceber que tanto o PNB como o PIB avaliam bens e serviços finais não verificando assim bens e serviços intermediários, onde enquanto o PNB considera bens de pessoas pertencentes a uma nação independente de estar em seu território natal ou não, já o PIB se leva em consideração apenas bens e serviços produzidos com fatores de produção de uma determinada nação, independente de pertencerem ou não a nação em análise naquele determinado período.

De acordo com Vasconcellos (2006) o PIB é a renda devida à produção dentro dos limites territoriais do país; o PNB é renda que pertence efetivamente aos nacionais, incluindo a renda recebida de nossas empresas no exterior, e excluindo a renda enviada para o exterior pelas empresas estrangeiras localizadas no Brasil.

Conforme Bacha; Lima (2006), existem quatro modos alternativos de se calcular o PIB. Vejamos:

- Calcula-se o PIB pela soma dos bens e serviços finais produzidos; onde o PIB da economia o valor da produção de moveis;
- Calcula-se o PIB pela soma dos valores agregados – ou valores adicionados – em todas as etapas do processo produtivo na economia; onde o valor adicionado é o valor adicionado para a utilização de serviços de produção;
- Calcula-se o PIB pela soma dos elementos que o absorve; onde o PIB é alocado para consumo do setor privado (C), para investimento do setor privado (Ir), para gastos do Governo (G), e para transações com o setor externo, dando o saldo em transações correntes excluindo os donativos (X-M).

Assim:

$\text{PIB} = C + I_r + G + X - M = \text{Demanda efetiva} \quad (1)$

- Calcula-se o PIB pela soma dos elementos que absorvem a renda gerada pelo PIB; onde o PIB gera uma renda interna igual à renda interna bruta que é utilizada para consumo do setor privado (C), para poupança do setor privado (S), para pagamento líquido de tributos (T) e para remessa líquida de transferências ao exterior (Rf), ou seja:

$$\text{PIB} = C + S + T + R_f \quad (2)$$

Ainda de acordo com Bacha & Lima (2006) o produto nominal (PIB nominal ou PIB em valores correntes) mede o valor do produto aos preços prevalecentes no período durante o qual o produto é efetuado, enquanto o produto real (PIB real ou PIB a preços constantes) mede o produto efetuado em qualquer período aos preços de algum ano-base.

Com isso percebe-se que PIB é uma conta relacionada ao sistema de contas nacionais, relacionado assim a produção, renda e acúmulo de riqueza dos agentes econômicos.

Segundo Bacha & Lima (2006) a taxa de crescimento da economia é a taxa à qual cresce o PIB real (Y_t), ou seja: taxa de crescimento da economia=taxa de crescimento do produto=

$$(Y_t - Y_{t-1} / Y_{t-1}) * 100 \quad (3)$$

De acordo com Bacha & Lima (2006), para se calcular o PIB real, consideram-se as quantidades produzidas no ano em análise, mas valoradas a preços de ano-base.

Podemos perceber assim que para se calcular o PIB de um ano X, o PIB real daquele ano será a quantidade produzida no ano X vezes os preços dos produtos praticados naquele mesmo ano. Para se calcular o preço de um ano Y, se considera as quantidades produzidas de bens naquele ano, multiplicados pelos preços desses produtos no ano X. Com isso o se pode perceber o crescimento do PIB real do ano Y em relação ao ano X.

2.1.1.1 Taxa de desemprego

Segundo Mankiw (2012), o desemprego é um problema macroeconômico que afeta as pessoas de forma direta e cruel, significando padrão de vida reduzido.

De acordo com Bacha; Lima (2006) para entender o conceito de desemprego, é considerado os seguintes conceitos sobre emprego:

- Emprego efetivo é o total de trabalhadores efetivamente utilizados (N);
- Força de trabalho é a soma dos trabalhadores empregados com os desempregados.

Com isso percebe-se que o desemprego é a participação dos desempregados na força de trabalho.

De acordo com Bacha; Lima (2006), a economia brasileira faz surgir dois conceitos de emprego: o desemprego aberto que se refere à pessoa que, no período da pesquisa, não tenha

emprego, mas o tinha procurado; e o desemprego oculto que se refere à pessoa que no período da pesquisa, não estava procurando emprego. Definem-se, assim, duas taxas de desemprego:

$$\text{Taxa de desemprego aberto} = \frac{\text{desempregados buscando emprego}}{\text{Força de trabalho}} \quad (4)$$

$$\text{Taxa de desemprego oculto} = \frac{\text{desempregado desalentados} + \text{trabalhadores em trabalho precário}}{\text{Força de trabalho}} \quad (5)$$

Também de acordo com Bacha; Lima (2006) existe o desemprego natural que surge devido à existência de trabalhadores que procuram emprego pela primeira vez em sua vida e devido ao desemprego friccional, ou seja, aqueles trabalhadores que estão desempregados por estarem em fase de mudança de emprego.

Com isso podemos perceber que o trabalho é um fator de produção, onde o indivíduo, com isso tem poder de compra, e pode também haver acúmulo de riqueza, onde com isso, os trabalhadores com seus salários, contribuem com a economia e com a formação do PIB, colaborando conseqüentemente com o crescimento econômico.

2.1.1.1.1 Crescimento econômico

De acordo com Vasconcellos (2006, p. 403):

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia).

Para se perceber as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, deve-se analisar o que distingue um do outro, onde segundo Vasconcellos (2006, p. 403), “Crescimento da produção e da renda surge a partir da decorrência de quantidade e qualidade de insumos básicos que é capital e mão-de-obra.”.

Com isso, o autor segue mostrando que, as fontes de crescimento são as seguintes:

- a) aumento na força de trabalho (quantidade de mão-de-obra);
- b) aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva;
- c) melhoria na qualidade da mão-de-obra;
- d) melhoria tecnológica;

e) eficiência organizacional;

Assim como também para Vasconcellos (2006, p. 403): “O desenvolvimento é um fenômeno global da sociedade, que atinge toda a estrutura social, política e econômica.”.

De acordo com Mankiw (2012), para se medir o crescimento econômico, os economistas utilizam dados sobre o Produto Interno Bruto, que mede o total de renda de todos os integrantes da economia. Ainda de acordo o autor em questão, o mesmo afirma que o modelo de crescimento de Solow, foi projetado para demonstrar o modo de crescimento no estoque do capital, o crescimento na força de trabalho e os avanços tecnológicos interagem em uma economia, assim como o modo pelo qual afetam a produção total de bens e serviços de uma nação. Porém o modelo em questão não explica o crescimento dos padrões de vida, visando somente o crescimento da economia.

Com isso pode-se perceber que enquanto o crescimento econômico segue medindo a renda *per capita* no decorrer do tempo; desenvolvimento segue estudando meios para elevar o padrão de vida (bem-estar) da coletividade, ou seja, mede a qualidade de vida da população.

Como o crescimento econômico é o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, uma elevação da produção de uma determinada região estudada, onde, o PIB é calculado através da soma de todos os produtos e serviços finais de uma região para um determinado período. Já o conceito de Desenvolvimento Econômico está ligado à melhoria do bem estar da população, sendo medida assim, através de indicadores de educação, saúde, renda, pobreza, entre outros.

Visto que o PIB *per capita* é considerado um fator de crescimento econômico, pode-se inferir que o mercado de trabalho está ligado ao crescimento econômico BACHA; LIMA (2006).

2.2 O que é o mercado de trabalho e como se compõe

Segundo Froyen (2006), o mercado de trabalho é a suposição de que o mercado funciona apropriadamente. Onde assim as firmas e os trabalhadores individuais escolhem e agem de forma ótima. Todos informados sobre os preços relevantes, não havendo assim obstáculos aos ajustes dos salários nominais; o mercado se equilibra.

Com isso Froyen (2006), mostra ainda que, de um lado se tem os compradores de mão de obra são as firmas, que produzem as mercadorias, sendo denominado assim *Demanda por Trabalho*, onde as firmas são competitivas e, escolhendo quantidades a serem produzidas que maximizem os lucros; visto que a produção só pode ser alterada por meio da utilização do

insumo trabalho; e do outro lado se tem a *oferta de trabalho*, onde os serviços de trabalho são fornecidos pelos trabalhadores individuais, proporcionando aos mesmos, poder de compra, pois a renda aumenta com o trabalho.

De acordo com Silva (2014), o mercado de trabalho é uma expressão utilizada pra se referir as formas de trabalho que possam existir, sendo remunerados de alguma forma, seja trabalho manual ou intelectual. As pessoas vendem sua força de trabalho por um salário, que pode ser em dinheiro, moradia, bonificação, ou outra forma de recompensa pelo trabalho exercido.

Com isso podemos perceber que no mercado de trabalho existem diferentes relações, como a oferta e a demanda, onde as mesmas caracterizam um numero de trabalho oferecido, ou seja, a quantidade de vagas de emprego, e a parcela de trabalhadores disponíveis para vender sua força de trabalho para essas vagas, o que muitas vezes é maior.

Conforme Oliveira; Piccinini (2011) argumentam que o funcionamento do mercado de trabalho é de suma importância para o desempenho de uma economia. Segundo os mesmos no sentido clássico, o trabalho é um produto, no qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores atuam como compradores, os salários são considerados, o preço e o mercado de trabalho representam o espaço onde ocorrem estas transações. Já de acordo com a vertente marxista, mesmo que em algum momento se alcance o pleno o emprego, o mesmo não será duradouro, pois que o capitalismo é caracterizado por instabilidades que geram as crises econômicas.

Ainda de acordo com Oliveira; Piccinini (2011, *apud* Kopschina, 2001) diz que os trabalhadores podem se mover livremente e que podem escolher entre uma grande variedade de opções no mercado de trabalho, baseados em seus gostos e preferências, habilidades e capacidades específicas e que, portanto, irão receber uma remuneração sobre a base de suas capacidades de capital humano.

Oliveira; Piccinini (2011) mostram também que em países em desenvolvimento, assim como o Brasil, a ideia de segmentação do mercado de trabalho é muito utilizada para compreender a elevada desigualdade de renda existente.

Já de acordo com Silva (2014), o mercado de trabalho é dividido em setores:

- a) **Setor Primário:** onde estão as relações de trabalho que lidam diretamente com a matéria-prima, como a agricultura, a pecuária e a extração mineral e vegetal;
- b) **Setor Secundário:** onde estão as relações de trabalho que lidam com a modificação da matéria-prima, construindo objetos utilizáveis, como as indústrias e a construção civil;

- c) **Setor Terciário**: onde estão as relações de trabalho interpessoais, ou seja, que há correspondência entre as pessoas, a prestação de serviços, como o ramo de vendas, bancos, hospitais, escolas, ou seja, quando a forma de trabalho lida com pessoas e não com os objetos como principal foco de trabalho. É esse setor que se encontram principalmente a força de trabalho intelectual.

Atualmente percebe-se que o mercado de trabalho brasileiro é formado pelos seguintes grupos de atividades econômicas:

- Pessoas ocupadas na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura;
- Pessoas ocupadas na Indústria geral;
- Pessoas ocupadas na Construção;
- Pessoas ocupadas no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas;
- Pessoas ocupadas no Transporte, armazenagem e correio;
- Pessoas ocupadas no Alojamento e alimentação;
- Pessoas ocupadas na Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas;
- Pessoas ocupadas na Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais;
- Pessoas ocupadas no Outro serviço;
- Pessoas ocupadas no Serviço doméstico;
- Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada;
- Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada;
- Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada;
- Empregador;
- Conta própria;
- Trabalhador familiar auxiliar.

Conforme o IBGE (2017) esses grupos de atividades econômicas listadas acima, são grupos usados para realização da PNAD, onde a mesma é realizada através de uma amostra de domicílios e é destinada a produzir informações contínuas sobre a inserção da população na

força de trabalho, associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Com as pesquisas trimestrais realizadas pelo PNAD, pode realizar as análises de atividades econômicas e avanços na economia e mercado de trabalho, possibilitando assim obter melhores conclusões sobre o período estudado.

2.2.1 Vertente teórica clássica sobre o mercado de trabalho

De acordo com Oliveira; Piccinini (2011), Adam Smith, faz as primeiras referências ao mercado de trabalho, onde o mesmo mostra que, o funcionamento do mercado de trabalho é igual aos demais mercados, sendo assim verificados os comportamentos econômicos de firmas e indivíduos que buscam aumentar seu bem-estar, onde a oferta e demanda de emprego dependem do nível de salário. As empresas tendem a contratar trabalhadores enquanto seu custo é inferior à produtividade do trabalho. A diminuição dos custos do trabalho tem por consequência um crescimento da oferta de emprego. A intervenção de sindicatos, convenções coletivas entre outros, passam a influenciar o nível dos salários que se afastam dos parâmetros de equilíbrio, gerando assim desemprego.

As empresas tendo um menor custo, e uma maior demanda por bens ou serviços que produzem, tendem a contratar maior número de pessoas, diminuindo assim o quantitativo de indivíduos desempregados, fazendo com que os mesmos tenham assim maior poder de compra, consumindo mais, gerando mais dinheiro no ciclo econômico.

Oliveira; Piccinini (2011 *apud* Horn, 2006), mostram que no sentido clássico, o trabalho é um produto, onde os trabalhadores são vendedores, e os empregadores são compradores, os salários, o preço e o mercado de trabalho fazem parte do espaço onde ocorrem essa troca. As diferenças de preço entre as empresas são reduzidos à medida que ocorre o deslocamento dos trabalhadores entre organizações, permitindo assim que se alcance o equilíbrio dos salários em todo o mercado. Este esquema está inserido no sistema mais amplo da produção capitalista, cumprindo duas funções: aloca os trabalhadores de uma sociedade em diferentes espaços produtivos e assegura renda àqueles que participam desta relação.

Tendo em vista o trabalhador como vendedor e o empregador como comprador, o empregador possibilita ao trabalhador uma determinada renda, para assim o indivíduo da mesma forma do modelo de Adam Smith ter acesso a um melhor bem estar visto que os mesmos passam a obter maior de compra.

Conforme Oliveira; Piccinini (2011) a vertente marxista salienta que a organização do mercado de trabalho é caracterizada por uma desigualdade na distribuição dos recursos entre as duas partes, dentro de seus grupos. O lado da oferta permite com que se tenha grande fraqueza dificultando, e também inviabiliza as possibilidades de negociação, ficando a critério das organizações o estabelecimento do preço.

O modelo marxista passa a mostrar o desemprego como fato relacionado ao capitalismo, visto que o mesmo permite a baixa dos salários e conseqüentemente o aumento de exploração dos trabalhadores.

Oliveira; Piccinini (2011) mostram também que os adeptos do keynesianismo, ganham destaque na primeira metade do século XX, discutindo a existência de tal mercado de trabalho, alegando que a demanda de trabalho das firmas não se determina pelos salários. As necessidades de mão de obra das empresas são decorrentes de seu volume de produção, que está ligado ao nível de demanda que as empresas buscam atender.

As demandas atendidas pelas empresas são de indivíduos que buscam bens ou serviços para tem um maior bem estar, para assim sanar suas necessidades.

Segundo Oliveira; Piccinini (2011,p. 1522):

Para os defensores da teoria da segmentação, o mercado não é um único espaço competitivo em que todos os postos de trabalho estariam igualmente disponíveis a todos os trabalhadores, mas sim um conjunto de segmentos que não competem entre si, porém remuneram de formas diferentes o capital humano, porque existem barreiras que não permitem que todos se beneficiem igualmente do mesmo nível de educação e treinamento. Assim, haveria um mercado interno no qual os trabalhadores estariam mais protegidos e com melhores condições de trabalho e de qualificação, e um mercado externo, onde o trabalho seria regido de acordo com as regras da economia clássica.

Segundo a teoria da segmentação, existem diversos mercados de trabalho, formando assim vários grupos de atividades profissionais, onde com isso pode-se haver excesso de demanda em algumas atividades, e escassez em outras, fato esse devido a profissões, localização geográfica e nível de qualificação.

Atualmente pode-se perceber que de acordo com o IBGE, são estabelecidos grupos de atividades econômicas, onde as mesmas possuem variação de distribuição no decorrer do tempo.

Ainda de acordo com essa teoria, a segmentação do mercado de trabalho ainda supõe a existência de um setor primário (central), onde se tem segurança de carreira, e regulamentação do estado, assim como também o setor secundário (periférico), tido como setor com pouca qualificação, baixos salários e alta rotatividade.

Oliveira; Piccinini (2011) ainda afirmam que a diferença entre os salários existe devido à formação de dois mercados: o formal e o informal. O mercado informal seria aquele cujo os trabalhadores não teriam seus direitos registrados e regulamentados pelo governo, já o mercado formal, seria o que é composto por trabalhadores regidos pelas leis trabalhistas, gozando assim de todos os seus direitos legais.

Dentro dos modelos clássicos, pode-se perceber a existência de um ciclo, onde, quando se tem um maior número de pessoas empregadas, conseqüentemente as pessoas tem maior poder de compra, podendo assim sanar suas necessidades consumindo bens ou serviços que colaborem para isso, com o maior consumo, maior a demanda por produtos ou bens, fazendo assim com que as empresas produzam mais, necessitando assim de um maior número de mão de obra.

A renda gasta para se ter um maior bem estar, volta para a economia, gerando assim uma maior renda nacional, possibilitando assim maior participação de setores e grupos de atividades ao PIB, podendo assim se obter uma maior taxa de crescimento econômico.

3 METODOLOGIA

Gil (2008) diz que a ciência tem como objetivo chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido, não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais e que tem como característica fundamental a sua verificabilidade e veracidade dos dados.

Conforme Gil (2008) para se chegar ao objetivo desta pesquisa, foi utilizado o método dedutivo, método esse que, parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira formal.

Marconi; Lakatos (2003) certificam que a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, de grande importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Com isso para a realização desse trabalho a análise do mesmo, tem como base a análise dos dados disponíveis em órgãos oficiais do estado do Ceará, e revisão bibliográfica sobre o crescimento econômico e sua influencia no mercado de trabalho.

De início, com uma análise de pesquisa bibliográfica, o trabalho em questão busca definições para se chegar ao conceito de Produto Interno Bruto e crescimento econômico, partindo do geral ao específico. Em um segundo momento este trabalho faz a descrição sobre o que é e como é formado o mercado de trabalho, e sua evolução no período de 2012 a 2016, no estado do Ceará, de acordo com seu agrupamento de atividades e categoria de emprego, diante de uma análise realizada baseada em documentos e relatórios elaborados pelo IPECE.

Ainda de acordo com Gil (2008), o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Considerando que a mesma consiste na exploração das fontes documentais, assim como documentos oficiais, relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Como forma de assegurar uma visão e avaliação segura das informações contidas no trabalho, a coleta de dados e informações foi realizada em sites e postagens oficiais do estado, possibilitando assim a análise de um banco de dados verídico e seguro, onde com isso o estudo consiste em análise de pesquisa bibliográfica, e documental, sendo também quantitativa visto que a mesma segue analisando percentual de vagas de emprego.

Em busca de comprovações sobre a influência do crescimento econômico no mercado de trabalho do estado do Ceará, a pesquisa é iniciada com a análise dos dados do IPECE e IBGE, com o intuito de averiguar essa influência.

Diante da frequência de relatos na mídia sobre oscilações na economia e no mercado de trabalho, se viu a necessidade de averiguar a como a influência da economia no mercado de trabalho no estado do Ceará.

Juntamente ao trabalho de busca de dados em institutos e órgãos oficiais do estado do Ceará, como o IPECE, e o IBGE, foi feita uma pesquisa documental referente ao assunto para se ter uma maior base de dados e pareceres dos órgãos acima citados.

A seleção do material bibliográfico foi feita através de um levantamento de trabalhos referentes ao tema, assim como a base documental foi verificada por banco de dados oficiais do estado do Ceará, disponibilizados em sites de órgãos oficiais do Estado, para que fosse possível realizar uma verificação.

De início a pesquisa bibliográfica partiu de um todo sobre conceitos de economia, e mercado de trabalho, para que assim se pudessem apresentar os dados colhidos para verificação exploratória sobre envolvimento entre crescimento econômico e mercado de trabalho, apresentando também como o mercado de trabalho segue dividido em grupos de atividades e categorias de emprego.

Em seguida, consta a evolução do mercado de trabalho no período que compreende 2012 a 2016 dentro do estado do Ceará, mostrando em que momentos os setores se mostram mais fortes ou fragilizados diante das oscilações na economia.

Pode-se verificar ainda que a evolução da economia do estado do Ceará, também no período de 2012 a 2016, podendo assim verificar os períodos de declínios e ascensões da economia cearense, para que assim se possa fazer comparativo entre o crescimento econômico e o mercado de trabalho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Mercado de trabalho no estado do Ceará

A tabela 1 apresenta a evolução do mercado de trabalho, segundo o agrupamento de atividades estabelecido pelo IBGE.

Tabela 1: Evolução do mercado de trabalho no período de 2012 a 2016 em %

AGRUPAMENTO DE ATIVIDADES	2012	2013	2014	2015	2016
% de PO na Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	15,5	14,1	13,1	11,9	12,8
% de PO na Indústria geral	14,4	14,5	14,2	14,1	13,3
% de PO na Construção	7,9	8,2	8,6	9,0	8,0
% de PO no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.	20,3	21,1	21,8	21,3	21,4
% de PO no Transporte, armazenagem e correio.	3,7	3,5	3,3	3,6	3,6
% de PO no Alojamento e alimentação	4,5	4,8	5,2	5,1	5,6
% de PO na Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.	7,0	7,0	7,6	7,6	7,3
% de PO na Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6
% de PO no Outro serviço	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6
% de PO no Serviço doméstico	6,9	6,8	6,9	7,5	7,7
CATEGORIAS DE EMPREGO	2012	2013	2014	2015	2016
% de Empregados com carteira entre os empregados do setor privado	57,5	59,8	63,3	61,4	59,4
% de Empregadores na PO	2,9	3,1	3,2	3,2	3,2
% de Conta Própria na PO	27,8	27,3	27,9	28,7	29,4

Fonte: IBGE e PNAD / Elaborada pelo autor

Pode-se concluir que a economia do Ceará é formada principalmente pela agropecuária, indústria, comércio e serviços. Há de salientar que, em 2008, tivemos no cenário internacional um período de crise econômica, motivado pela falência de um grande banco americano, que afetou também a economia brasileira. Dado que, motivou o governo a adotar e implantar políticas anticíclicas. Entretanto, apesar dos declínios sofridos, devido à essa crise econômica, continuaram acima da média nacional.

Com isso o mercado de trabalho também mesmo com a diminuição do número de pessoas empregadas, continuou também acima da média nacional.

Os dados contidos na tabela 1 mostram que de acordo com as categorias de emprego, o estado do Ceará, tem maior número de empregados com carteira assinada, e que trabalham

por conta própria, onde com isso pode se verificar que o estado é mais forte com o grupo de pessoas que trabalham por conta própria.

O período de 2012 a 2016 foi marcado por grandes oscilações no mercado de trabalho brasileiro, segundo a PNAD (2016), o fato ocorreu devido à crise econômica que causou instabilidade no país, porém mesmo diante da crise econômica, o estado do Ceará se mostrou acima da média nacional nesse mesmo intervalo em questão, mesmo com os declínios em postos de trabalho e no PIB nacional.

O IPECE (2013, p. 40) afirma que:

Em 2012, foram geradas apenas 41.009 novas vagas de empregos celetistas incorporando Informações declaradas fora do prazo. Isso representou uma queda de 30,46% em relação ao ano de 2011, resultando em 17.959 vagas geradas de trabalho a menos na comparação com esse último ano.

Segundo o IPECE (2013), no ano de 2012, apesar do PIB do estado do Ceará, ter obtido crescimento, houve menos vagas de empregos oferecidas, em relação ao ano de 2012. Mesmo com a queda no número de empregos celetistas no estado do Ceará, se manteve acima dos números a nível nacional, mantendo uma participação positiva no total de empregos gerados no Brasil.

Conforme o IBGE (2017), o estado do Ceará, teve como os principais setores a gerarem novas vagas de trabalho em 2012, os setores de comércio, serviços, agricultura e indústria, respectivamente, porém mesmo com essas novas vagas houve uma redução nas vagas de empregos celetistas nesses grandes setores.

De acordo com a análise anual do IPECE (2014) o estado do Ceará acumulou em 2013 um total de 50.206 novos postos de trabalho, número superior ao registrado em igual período de 2012. A geração de empregos acumulada no ano de 2013 representou um incremento de 4,41% sobre o estoque total de empregos existentes até dezembro de 2012.

Apesar de no ano de 2013 ter sido registrado uma alta nas vagas de empregos celetistas, se pode perceber que existiu uma desaceleração na geração emprego no estado do Ceará, fazendo assim com que houvesse uma recuperação perceptível de novas vagas de emprego de carteira assinada em relação ao ano anterior.

O IPECE mostra que:

Segundo dados divulgados pelo CAGED do MTE, a economia cearense registrou um saldo positivo de 12.403 novos empregos com carteira assinada no quarto trimestre de 2014. Esse número foi metade do registrado no terceiro trimestre do mesmo ano e também inferior ao registrado no quarto trimestre de 2013, quando foram gerados 16.797 novos postos de trabalho com carteira assinada (IPECE, 2015, p. 34).

O ano de 2014, apesar de registrar declínio na criação de novos postos de trabalho, ainda assim seguiu contribuindo para que as quantidades de empregos celetistas ficassem próximas as que foram ofertados em 2013. Porém essa queda de oferta de vagas de emprego não ocorreu de forma isolada apenas no estado do Ceará, visto que em todos os estados, segundo o IPECE, registraram demissões e fechamento de vagas durante o ano de 2014.

De acordo com o IPECE:

No estado do Ceará, também foram observados fechamento de postos de trabalho em todos os trimestres do ano de 2015, com a maior perda de vagas de emprego novamente ocorrendo no quarto trimestre e a menor no segundo trimestre do ano. Diferentemente do país, no quarto trimestre de 2014 foram registradas abertura de 10.172 vagas. Também foi percebida a mudança no comportamento trimestral de geração de novos empregos que no estado ocorre nos últimos três trimestres do ano. (IPECE, 2016, p. 37).

Diante das informações divulgadas pelo IPECE se pode observar que apesar de se ter novos postos de trabalho com carteira assinada, houve maior quantitativo de destruição de emprego, fazendo com o ano de 2015 também registrasse queda no mercado de trabalho cearense, fato esse que não ocorreu apenas no Ceará, mas em todos os estados.

No ano de 2016 IPECE mostra que:

Segundo dados do CAGED o primeiro (-17.202 vagas) e o último trimestre (-9.944 vagas) do ano de 2016 foram os que apresentaram os piores desempenhos no tocante a destruição de postos de trabalho com carteira assinada. Vale ressaltar que o mercado de trabalho nacional apresentou uma dinâmica semelhante, sendo que o quarto trimestre (-675.875 vagas) apresentou a maior destruição de vagas do ano. (IPECE, 2017, p. 32)

No estado do Ceará em 2016 foi observada uma queda significativa na oferta de vagas de emprego, obtendo com isso mais destruição de vagas, do que oferta delas, isso comparado ao ano anterior, podendo ver assim efeitos da crise, de forma mais intensa.

De acordo com a tabela a baixo pode-se perceber quais os setores evoluíram no período de 2012 a 2016 de acordo com o grupo de atividades e categorias de emprego:

4.2 Trajetória da evolução da economia cearenses

Segundo o IPECE (2013) a economia cearense apresentou resultados superiores à economia do país no ano de 2012 comparado ao ano de 2011, o PIB do Ceará cresceu 3,65% enquanto que o PIB do Brasil apresentou um crescimento de apenas 0,9%. Assim como podemos verificar no gráfico abaixo. O resultado positivo do PIB cearense verificado no ano de 2012 foi estimulado pelo crescimento do Valor Adicionado dos Serviços (5,81%) e da Indústria (2,63%), mesmo diante da queda drástica do setor de agropecuário devido ao ano de seca que afetou o estado do Ceará.

Mesmo com um crescimento mínimo na economia nacional, e uma queda no setor agro, o PIB do estado do Ceará se manteve acima da média, com a participação significativa dos setores industriais, principalmente a área de construção, visto que a indústria de transformação sofreu um leve declínio, e o setor de serviços, sendo ele o que mais contribuiu para que o resultado da economia cearense mostrasse resultados superiores à economia do país.

Segundo IPECE, pode-se verificar que:

No quarto trimestre de 2013, a economia cearense apresentou uma taxa de crescimento de 2,57%, relativamente ao mesmo período de 2012, sendo a décima quinta taxa trimestral consecutiva superior à taxa da economia brasileira. Para o ano de 2013 o Ceará registrou um crescimento de 3,44%. (IPECE, 2014, p. 9).

O ano de 2013 seguiu finalizando com bons resultados na economia do estado do Ceará, onde o setor agro se recuperou da queda no ano anterior, e houve também crescimento nos setores industriais e serviços, contribuindo assim para que o ano de 2013 seguisse com a economia acima da média nacional.

Segundo o IPECE

A economia cearense apresentou uma taxa de crescimento de 2,70% no quarto trimestre de 2014 com relação ao mesmo período de 2013, sendo a décima nona taxa trimestral consecutiva superior à taxa da economia brasileira. Com esse resultado, o PIB cearense registra um crescimento de 4,36% em 2014. (IPECE, 2015, p. 11).

No ano de 2014, ocorreu novamente crescimento no setor agro, e de serviços, porém o setor industrial sofreu um declínio, apresentando com isso resultados piores que o ano de 2012, onde a indústria de transformação apresentou queda. Apesar da retração do setor industrial em 2014.

O IPECE verificou que:

No quarto trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, a economia cearense registrou uma queda de 5,56%, apresentando um desempenho muito inferior ao registrado no quarto trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando se verificou um crescimento de 2,70%. (IPECE, 2016, p. 14).

A queda registrada na economia cearense teve influência com a queda em todos os setores econômicos, onde a agropecuária e serviços iniciaram um processo de retração no ano de 2015, em relação ao ano de 2014, e o setor industrial continuou em declínio, desde o segundo trimestre do ano de 2013. Essas quedas nos setores econômicos do estado do Ceará contribuíram de maneira significativa para o declive do PIB cearense no ano de 2015. IPECE (2016)

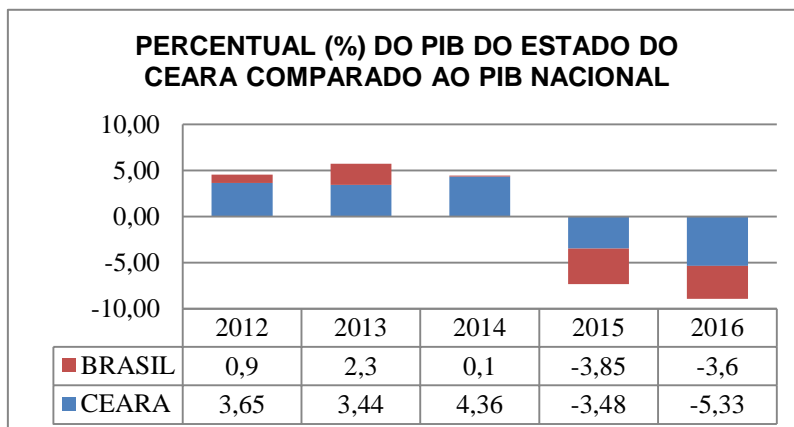
De acordo com a análise do IPECE:

A economia cearense registrou uma queda de 3,98% no quarto trimestre de 2016 com relação ao mesmo período de 2015, mostrando, portanto, um comportamento de retração bem menor do que o observado no quarto trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, quando se verificou uma redução bem mais expressiva, de -7,74. Considerando o desempenho econômico por todo o ano de 2016, observou-se uma queda de 5,33%. (IPECE, 2017, p. 9).

No ano de 2016 todos os setores que contribuem com o PIB do estado do Ceará, sofreram quedas, quando comparadas ao ano anterior, colaborando assim com redução da participação dos setores econômicos na formação do PIB. O setor com maior queda no ano de 2016 foi o agropecuário, seguido pelo setor de serviços e em seguida pelo de serviços.

No gráfico abaixo consta como o PIB do estado do Ceará se comportou no período de 2012 a 2016, podendo verificar com isso que entre 2012 e 2014 houve crescimento no PIB do estado, e nos anos de 2015 e 2016 foi registrado retrações, tendo como consequência uma queda na economia do estado.

Gráfico 1: Percentual (%) do PIB do estado do Ceará comparado ao PIB nacional.



Fonte: IPECE e IBGE – Elaboração própria.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o IPECE (2013) a economia cearense se mostrou com bons resultados se comparado à economia do país no ano de 2012, o PIB do Ceará cresceu 3,65% enquanto que o PIB do Brasil apresentou um crescimento de apenas 0,9%. O resultado positivo do PIB cearense verificado no ano de 2012 foi estimulado pelo crescimento do Valor Adicionado dos Serviços (5,81%) e da Indústria (2,63%), mesmo diante da queda drástica do setor de agropecuário devido ao ano de seca que afetou o estado do Ceará.

Conforme o IPECE (2013), no ano de 2012, apesar do PIB do estado do Ceará, ter obtido crescimento, houve menos vagas de empregos oferecidas, em relação ao ano de 2012. Mesmo com a queda no número de empregos no estado do Ceará, se manteve acima dos números a nível nacional, mantendo uma participação positiva no total de empregos gerados no Brasil.

Como visto anteriormente, o governo Federal, viu como melhor opção adotar políticas anticíclicas a partir do ano de 2012, visto que a retração econômica afetava com mais agressividade o país, com a adoção dessas políticas, mesmo sendo elas limitadas, onde de acordo com Paula & Pires (2017), o efeito anticíclico foi limitado, visto que foi dada a prioridade a isenções ao invés dos gastos públicos.

Podemos perceber que no ano de 2012, o PIB como um indicador de crescimento econômico, mostrou crescimento assim como também o mercado de trabalho cearense, mesmo havendo um número reduzido de oferta de trabalho.

No ano de 2013, a economia cearense continuou apresentando taxa de crescimento, registrando assim bons resultados no que diz respeito ao PIB do estado, o setor agro se recuperou da queda no ano anterior, e houve também crescimento nos setores industriais e serviços, contribuindo de forma significativa para que o ano de 2013 seguisse com a economia acima da média nacional. Nesse mesmo ano o IBGE (2017) mostra que houve maior número de ocupação, nos setores de comércio, serviço, indústrias e agro.

Segundo o IPECE (2015), a economia cearense apresentou um bom progresso no ano de 2014, continuando assim com PIB estadual acima da média nacional.

Em relação ao mercado de trabalho o setor comercial foi o que mais empregou, ficando atrás o setor de serviços mesmo com um menor número em relação ao ano anterior e o setor industrial.

Segundo dados do IPECE e IBGE, foi possível verificar uma queda significativa na economia do estado do Ceará nos anos de 2015 e 2016, afetando assim todos os setores em relação aos anos anteriores, porém mesmo com isso o setor de comércio, serviços, e industrial

continuou empregando além dos demais grupos de atividades nesses dois últimos anos analisados.

Pode se perceber também que dentro das categorias de emprego durante os anos de 2012, 2013 e 2014 se teve progresso dentro das categorias de empregados com carteira assinada no setor privado, obtendo um pequeno declínio no ano de 2015 e 2015. Já na categoria de empregadores na população ocupada, também se teve progresso nos anos de 2012, 2013 e 2014, onde o mesmo percentual de 2014 permaneceu nos dois anos seguintes.

Na categoria de população ocupada por conta própria se teve crescimento nos anos de relativos ao estudo, tendo um aumento mais significativo nos anos de 2015 e 2015, anos esses que o estado obteve uma queda em relação ao crescimento do PIB.

As vertentes clássicas mostram uma ligação entre mercado de trabalho e a economia, onde se o mesmo tem maior numero de pessoas ocupadas, maior participação no PIB, possibilitando assim maior crescimento econômico, porém se houver um numero menor de pessoas ocupadas, os mesmos passam a não ter renda suficiente para solucionar suas necessidades, colaborando negativamente para o crescimento da economia.

Diante de estudos anteriormente feitos, relacionados ao mercado de trabalho, assim como também pesquisa realizados tomando por base relatórios elaborados pelo PNAD, se pode notar que diante da oscilação da economia, no que diz respeito ao PIB estadual, o mercado de trabalho segue respondendo também oscilando, visto que diante de quedas na economia o governo viu como necessário de criação de políticas para manter o equilíbrio econômico.

Dentro do estudo em questão, foi realizada uma análise exploratória para verificar se existe relação entre crescimento econômico e mercado de trabalho, tendo assim como objetivo fazer uma análise de comprovação empírica utilizando os dados do estado do Ceará.

Diante das teorias clássicas, se percebe que se devem fazer relações entre as mesmas para assim se verificar se as mesmas possuem maior influência entre si, visto que diante do período estudado houve oscilações no PIB do estado, mesmo ficando acima da media nacional, e o mercado de trabalho respondeu, diminuindo o numero de vagas ofertadas, e também aumentando o percentual de pessoas desempregadas, diante das demissões realizadas.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho não teve a pretensão de alcançar uma definição concreta sobre economia e mercado de trabalho, mas sim de incentivar uma busca maior sobre informações de uma forma que a sociedade civil passe a entender melhor, o que é exposto sobre economia e mercado de trabalho na mídia, visto que tanto um fator como o outro, influência a vida da sociedade como um todo.

A proposta desse estudo, ainda que demande um estudo mais profundo e detalhado, traz consigo a possibilidade de averiguar dados para assim entender de forma clara como se compõe o PIB e o mercado de trabalho, assim como também entender instituídas sobre os mesmos. Além disso, permite a compreender quais medidas foram tomadas pelo governo para que assim a economia seguisse em equilíbrio, afetando minimamente o capital do estado, assim como também o mercado de trabalho, visto que se houver recessão econômica, o mercado de trabalho também responde com fechamento de postos de vagas de trabalho e demissões.

Pode-se notar, a partir das análises feitas, dentro do período estudado, em relação ao estado do Ceará, que o crescimento da economia, considerando o PIB como indicador do mesmo, exerce influência sobre o mercado de trabalho, pois se percebe que diante da oscilação na economia do estado há também oscilações no mercado de trabalho, interferindo assim no número de vagas dentro do mercado de trabalho.

Diante do período de crise econômica que se iniciou em 2008, motivado pela falência de um grande banco americano, afetando também a economia brasileira, fez com que o governo notasse a necessidade de implantar políticas anticíclicas. A economia e o mercado de trabalho responderam de forma positiva, mas não sendo eficiente a longo, visto que nos anos de 2015 e 2016 se teve uma queda no PIB do estado, já o mercado de trabalho do estado do Ceará, se manteve, visto que o mesmo diante das oscilações estava acima da média nacional.

Todos os dados e informações contidas no trabalho foram colhidos em relatórios elaborados periodicamente pelo IPECE e IBGE, porém os mesmos, não estavam contidos em um documento apenas, sendo necessária assim, a verificação de diversos relatórios feitos no período estudado, para que assim se pudesse visualizar de uma maneira mais prática como a economia do estado do Ceará e o mercado de trabalho reagiu.

No decorrer desse estudo, percebeu-se, certa dificuldade para se colher os dados e relatórios para melhor análise da situação econômica e do mercado de trabalho do estado, visto que os mesmos se encontram em órgão distintos.

Diante das vertentes clássicas descritas no estudo, pode-se notar a ligação existente entre o mercado de trabalho e o crescimento econômico possibilitando se notar assim um ciclo que se forma visto o envolvimento dos mesmos.

As causas específicas da influência do crescimento econômico sobre o mercado de trabalho ainda requerem estudos mais aprofundados. Também como torna-se válida a verificação mais íntima entre as vertentes clássicas assim como também a averiguação da Lei de Okun, para examina se a lei é concretizada no período atual e como o mercado se comporta diante da mesma, colaborando de forma significativa para melhor compreensão da ligação sobre os mesmos.

REFERÊNCIAS

- BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: Teorias e Aplicações à Economia Brasileira**. Campinas SP: Alínea, 2006.
- BARRETO, Flavio Ataliba F. D.; MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de. **Desenvolvimento Econômico Do Ceará: Evidências recentes e reflexões**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/publicacoes>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BRASIL, Banco Central do. **Economia Cearense: estrutura produtiva e desempenho recente**. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOXESBOLREG>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- CEARÁ. IPECE. (Org.). **IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica do Ceará**. 2012. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/ipece-conjuntura>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- CEARÁ. IPECE. (Org.). **IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica do Ceará**. 2013. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/ipece-conjuntura>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- CEARÁ. IPECE. (Org.). **IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica do Ceará**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/ipece-conjuntura>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- CEARÁ. IPECE. (Org.). **IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica do Ceará**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/ipece-conjuntura>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- CEARÁ. IPECE. (Org.). **IPECE Conjuntura: Boletim da Conjuntura Econômica do Ceará**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/ipece-conjuntura>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- DIEESE (Org.). **Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos e Taxas de Participação e de Desemprego Total**. 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/anualFOR.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 10. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2009.
- FROYEN, Richard T.. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IBGE. **Áreas Municipais**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?t=destaques&c=23>>. Acesso em: 02 dez. 2017.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Trimestral**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm>. Acesso em: 15 set. 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Continua Trimestral**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4097>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

IPEADATA. **Produto interno bruto (PIB) real**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38414>>. Acesso em: 09 fev. 2017

IPEA; MTE (Org.). **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19649>. Acesso em: 26 out. 2017

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro , p.1517-1538, 2011.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Disponível em: <https://www.scielo.br/php.?script=sci_arttext&pid=s0103-40142017000100125>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SILVA, Wellington Souza. **Mercado de Trabalho**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.